



por Antônio Machado
cidadebiz@correioweb.com.br

Reforma Shangri-lá

Quando exercia seu mandato de ditador de plantão, o presidente-general João Figueiredo vivia a ameaçar chamar o Pires, sempre que se via pressionado, referindo-se ao seu ministro do Exército, Valter Pires. Seu equivalente nos tempos de governos acomodados, mas com outro sentido, é ameaçar chamar a reforma tributária toda vez que a economia toma rumos discordantes do planejado.

O "olhe que chamo o Pires" era o jeito nada sutil de Figueiredo de mandar a oposição se aquietar, se não chamava o Exército, pondo fim à caminhada para a redemocratização. Era uma ameaça. A reforma tributária é uma demanda ansiada há três décadas. Não se apela a ela para assustar, mas para animar, sugerindo luz no fim do túnel, como agora, quando pela enésima vez o presidente Lula a chamou em resposta à incerteza trazida pelo fim da CPMF a partir de 2008.

O problema da reforma é que, de tão anunciada, ninguém mais bota fé que a verá em vida — assim como Figueiredo ameaçou, ameaçou, e terminou seu mandato saindo pelos fundos do Palácio do Planalto.

O presidente Lula disse em campanha que a enviaria ao Congresso poucos meses depois de tomar posse. No fim do primeiro ano de seu segundo mandato ainda a promete, embora o máximo de ousadia a que chegou foi lutar pela prorrogação da CPMF, o tributo que cansou de apedrejar quando ainda não era vidraça. Que reforma ele cogita ao anunciar que poderá propô-la em 2008? E com que finalidade?

O assunto é como a fruta que amadurece por fora e por dentro está verde. De reforma tributária todos falam, só não explicitam o que querem e como seria. Para os governadores, certamente não é para perder receita: só pensam em aumentá-la, portanto, não seria para reduzir carga tributária. Os empresários a querem, mas para pagar menos, como, de certo, a maioria dos brasileiros.

O Ministério da Fazenda preparou um projeto ao qual também deu o nome de reforma tributária, que provavelmente nada tem a ver com a que Lula pensou como contraponto ao noticiário negativo para ele pela vitória da oposição na votação da CPMF. O tom de Lula sugere um regime

tributário com carga menor que os atuais 35% do PIB, e mais 2,5% de déficit fiscal. O projeto da Fazenda não é para isso.

Projeto da Fazenda

Se o calendário da Fazenda não tivesse sido atropelado pela CPMF, a Câmara teria recebido seu projeto tributário no fim de novembro. Saiu de cena a mando do Palácio para não tumultuar as negociações no Senado para prorrogar a CPME. Agora, talvez não volte mais, não com o formato original. É uma tentativa de reformar tecnicamente o regime tributário, sem nenhum compromisso com o tamanho da carga.

Os impostos que incidem sobre a produção em cascata, isto é, são cobrados cumulativamente em cada etapa da cadeia produtiva, seriam substituídos por um único, cobrado apenas sobre o valor adicionado fase a fase do processo. IVA, Imposto sobre o Valor Adicionado, é o seu nome, e haveria dois: um nos estados e municípios, juntando o ICMS e o ISS, em princípio. Na área federal, o IPI com Cofins.

A opção é política

Embora mais técnico que político, o projeto da Fazenda é moderno e não deveria ser descartado. A rigor, não há só um, mas diversos problemas fiscais. Desinchar a carga tributária, por exemplo, é resultado de uma questão antecedente, como a define o economista Rubens Penha Cysne, da FGV do Rio. "A opção social por um governo que gasta mais ou gasta menos é política", reflete ele numa nota sobre a agenda fiscal para 2008. "A princípio, um bom desenho do processo orçamentário só traduz, sem necessariamente modificar, o desejo político de maiores ou menores gastos públicos a cada ano."

REFORMA TRIBUTÁRIA É FRUTO VERDE SOB CASCA MADURA: TODOS A QUEREM, MAS NÃO SABEM COMO COMEÇAR

Social é no bairro

A reforma tributária, na verdade, é fruto verde sob casca madura, porque dependente de temas nacionais mal resolvidas, motivo pelo qual nem na Constituinte de 1987 se aprofundou a discussão. Pegue-se a constituição do Estado: é uma Federação mas a União concentra o grosso dos dinheiros. Não parece lógico a União legislar e deter grande parte das verbas de saúde e educação, se a responsabilidade executiva está nos estados e municípios. O social se dá no bairro.

Qual foi a última vez em que se tratou disso? Faz tempo. Mas é por aí que se racionaliza o Estado, seu custo, sua eficiência e o tamanho da carga tributária. Sem reforma federativa, será remendo qualquer reforma tributária, e contra o interesse do contribuinte.

Reforma tributária é como a política: se feita em laboratório, só serve aos interesses dos que a elaboram, num caso os partidos, no outro, os setores corporativos e políticos que capturaram o Estado e o usam em causa própria. As eleições deveriam servir para isso: a discussão do modelo de Estado e de governo que se deseja, o seu custo, sua intensidade, deveres e responsabilidades, seus limites.

Como parece complexo, verga-se o debate ao plano da racionalidade econômica e se perde a questão nacional em nome da qual se cometem as piores iniquidades. "A explicitação dos sacrifícios tributários futuros não funciona tão bem no Brasil como em outros países, no sentido de impor freios automáticos aos gastos, por um motivo simples", diz Rubens Cysne. "O conjunto dos que pagam impostos é dissociado em demasia dos que se beneficiam, e o segundo conjunto é mais numeroso." Não é fácil escapar do círculo da pobreza.